



SESCOOP/RN


Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte


Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

	Notas	2015	2014
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.100.548	1.050.556
Outros créditos	4	10.687	12.648
Despesas pagas antecipadamente	5	6.343	7.411
Total do ativo circulante		1.117.578	1.070.615
Ativo não circulante			
Deposito Judicial	6	13.858	13.232
Imobilizado	7.1	251.233	313.135
Intangível	7.2	5.319	8.431
Total do ativo não circulante		270.410	334.798
Total do ativo		1.387.988	1.405.413

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68


Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

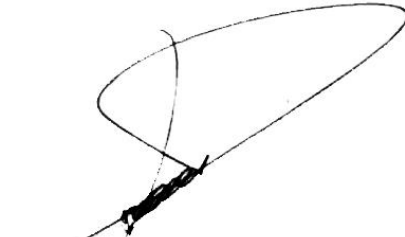
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)


PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar	8	78.666	44.268
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	9	29.105	27.412
Provisões trabalhistas	10	32.970	38.701
Total do passivo circulante		<u>140.741</u>	<u>110.381</u>
Patrimônio líquido			
Superávit acumulado	11	1.247.247	1.295.032
		<u>1.247.247</u>	<u>1.295.032</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.387.988</u>	<u>1.405.413</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68



Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N ° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

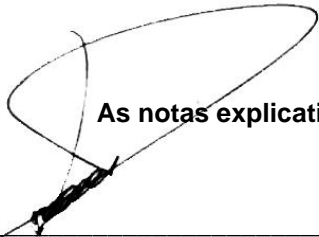
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte


Demonstrações do superavit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	12	2.263.519	2.172.286
(Despesas)/ Outras receitas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13	(571.860)	(549.225)
Serviços profissionais e contratados	14	(848.615)	(856.155)
Administrativas	15	(780.653)	(651.387)
Institucionais	16	(166.269)	(212.803)
Tributárias	17	(10.438)	(8.511)
Transferências e convênios	18	-	(15.735)
Depreciações e amortizações	7.1 e 7.2	(67.350)	(50.160)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	19	7.575	7.662
		<u>(2.437.610)</u>	<u>(2.336.314)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(174.091)</u>	<u>(164.028)</u>
Resultado financeiro líquido	21	126.306	106.971
Déficit do exercício		<u>(47.785)</u>	<u>(57.057)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68


Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

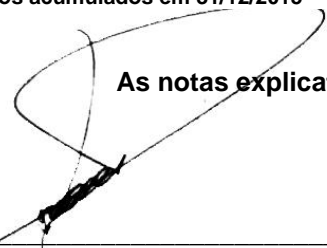
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014


(Valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos acumulados em 31/12/2013	1.352.089	-	1.352.089
Déficit do exercício	-	(57.057)	(57.057)
Transferência do déficit para patrimônio social	(57.057)	57.057	-
Saldos acumulados em 31/12/2014	<u>1.295.032</u>	<u>-</u>	<u>1.295.032</u>
Déficit do exercício	-	(47.785)	(47.785)
Transferência do déficit para patrimônio social	(47.785)	47.785	-
Saldos acumulados em 31/12/2015	<u>1.247.247</u>	<u>-</u>	<u>1.247.247</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68



Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N ° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda



SESCOOP/RN

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Norte

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
(Valores expressos em reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Déficit do exercício	(47.785)	(57.057)
Ajustes para reconciliar o superavit do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	67.350	50.160
Baixa do Ativo Imobilizado	824	20.000
	<u>20.389</u>	<u>13.103</u>
(Redução) nos ativos		
Outros créditos	1.961	226
Depósito Recursal	(626)	(487)
Despesas pagas antecipadamente	1.068	(3.614)
	<u>2.403</u>	<u>(3.875)</u>
Aumento nos passivos		
Contas a pagar	34.398	16.554
Provisões trabalhistas e outras	(5.731)	4.791
Salários, encargos sociais e imposto a pagar	1.693	3.704
	<u>30.360</u>	<u>25.049</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	<u>53.152</u>	<u>34.277</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(3.160)	(189.812)
Adições ao ativo intangível	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	<u>(3.160)</u>	<u>(189.812)</u>
Redução / Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>49.992</u>	<u>(155.535)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.050.556	1.206.091
No final do exercício	1.100.548	1.050.556
Redução / Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>49.992</u>	<u>(155.535)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Roberto Coelho da Silva
Presidente
CPF: 067.126.224-68

Thiago Bruno Sousa Silva
Contador - CRC RN N ° 8470/O
CPF 055.848.974-50
CONTAF - Contabilidade e Assistência Fiscal Ltda

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/98 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O Decreto nº 3.017/99, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza fiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o Artigo 12. do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do SESCOOP evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema SESCOOP opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional (o SESCOOP Nacional (SESCOOP NA), com sede em Brasília) e de 27 unidades estaduais que atuam nos 27 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

A Entidade está sujeita, ainda, à auditoria externa independente e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e

financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos Artigos 70. e 71. da Carta Magna e Artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do Artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

De acordo com o Artigo 150. da Carta Magna:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (EC nº 3/93 e EC nº 42/2003) – VI – Instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei; § 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, tendo em vista que esta remuneração trata-se predominantemente de uma recomposição de perdas por reflexos inflacionários e que tanto o valor principal quanto o acessório (rendimento) são aplicados fundamentalmente nas finalidades essenciais de seu objeto social.

De acordo com o inciso I do Artigo 12. do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, o Sescop RN está isento também da contribuição social.

As operações dos Sescops estaduais são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse de recursos efetuados pelo Sescop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração, por meio do colegiado e Conselho Fiscal da Entidade no dia 31 de março de 2015.

2. Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Sescop RN foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem, respectivamente, os pronunciamentos NBC TG 1000 e ITG 2002 emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do Sescop RN, especificamente as suas despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao Sescop RN são reconhecidas contabilmente no momento do efetivo recebimento financeiro.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 7.1.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Impairment

O Sescop RN avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, o Sescop RN reconheceria no resultado a perda por impairment. Foi elaborado um relatório interno do Sescop RN, visando atender as exigências contidas no CPC PME, e não foi identificada a necessidade de provisão para desvalorização de ativos em 31 de dezembro de 2014.

2.2.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de depreciação, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7.2.

2.2.6. Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescop RN bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros, serão gerados em favor do Sescop RN e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescop RN possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e **(iii)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.4. Novas normas e interpretações de normas

2.4.1. Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014

As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1 de janeiro de 2014 e não trouxeram impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Entidade.

- Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento;
- IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos;
- Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros;
- Alterações à IAS 39 – Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge; e
- IFRIC 21/ICPC 19 – Tributos.

2.4.2. Normas contábeis que entrarão em vigor após 2014

A Entidade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2014 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2014:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) – Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) – Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) – Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization - Amendments to IAS 16 and IAS 38).

2.5. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

As atividades da entidade a expõe a riscos financeiros como crédito e juros. A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Superintendência administrativa: órgão de gestão administrativa da entidade;

- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho deliberativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho de administração: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não havia concentração de risco de crédito relevante, assim como a entidade não possuía qualquer operação relacionada a derivativos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de caixa	1.300	1.300
Bancos	6.123	29.473
Aplicações financeiras (a)	1.093.125	1.019.783
Total	1.100.548	1.050.556

- (a) As aplicações financeiras são efetuadas em instituição financeira de primeira linha, com resgate a qualquer momento, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI) com rendimento médio de 98% do CDI mensal:

Instituições financeiras	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil S/A	CDB DI	1.093.073	1.019.733
Banco do Brasil S/A	POUPANÇA	52	50
Total		1.093.125	1.019,783

4. Outros créditos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a empregados (a)	10.687	12.648
Outros Adiantamentos a Empregados	-	-
Total	10.687	12.648

- (a) Adiantamento de férias coletivas aos empregados do SESCOOP/RN em dezembro 2015 para gozo apenas em 2016.

5. Despesas pagas antecipadamente

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Seguros a apropriar – veículo	4.766	6.255

Despesas com pessoal a apropriar – seguro de vida	1.577	1.156
Total	6.343	7.411

6. Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósito recursal (a)	13.858	13.232
Total	13.858	13.232

(a) Depósito Judicial, Processo 3832009-0, Ação Civil Pública- Contratação de empregados, com suposta violação do art. 37 da Constituição Federal, por entender o Ministério Público do Trabalho que o sistema “S” obrigatoriamente deve realizar concurso público para a seleção de empregados. O processo esta em andamento desde 01/04/2013 aguarda uma posição do Supremo Tribunal Federal, assim nossos assessores jurídicos entendem que seja possível a perda nessa causa.

7. Imobilizado e Intangível

7.1. Imobilizado

Descrição	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Depreciado	Líquido	Líquido
Mobiliário	10%	147.290	(67.687)	79.604	89.185
Veículos	20%	118.500	(25.675)	92.825	112.082
Máquinas e equipamentos	10%	64.076	(30.514)	33.563	39.018
Equipamentos de informática	20%	169.279	(132.468)	36.811	55.178
Equipamentos de comunicação	10%	23.549	(15.117)	8.430	17.672
Total		522.694	(271.461)	251.233	313.135

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2013	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2014
Mobiliário	65.161	33.579	-	(9.555)	89.185
Veículos	20.000	118.500	(20.000)	(6.418)	112.082
Máquinas e equipamentos	31.395	12.492	-	(4.869)	39.018
Equipamentos de informática	66.404	9.411	-	(20.637)	55.178
Equipamentos de comunicação	7.411	15.830	-	(5.569)	17.672
Total	190.371	189.812	(20.000)	(47.048)	313.135

Destacamos a seguir a movimentação do ativo imobilizado em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2015
Mobiliário	89.185	3.160	-	(12.742)	79.604
Veículos	112.082	-	-	(19.257)	92.825
Máquinas e equipamentos	39.018	-	-	(5.456)	33.563
Equipamentos de informática	55.178	-	-	(18.367)	36.811

Equipamentos de comunicação	17.672	-	(824)	(8.416)	8.430
Total	313.135	3.160	(824)	(64.238)	251.233

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado e intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP RN. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

7.2. Intangível

A seguir, demonstramos a composição do ativo intangível, conforme determinado no CPC 04 e NBC T 19.8 “Resolução CFC nº 1.139/2008”:

	% – Taxas anuais de depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Direitos de uso de software	20%	5.319	8.431
Total do intangível	-	5.319	8.431

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2014:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2013	Adição	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2014
Direitos de uso de software	11.543	-	-	(3.112)	8.431
Total	11.543	-	-	(3.112)	8.431

Destacamos a seguir a movimentação do ativo intangível em 2015:

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2014	Adição	Baixa	Amortização	Saldo líquido em 31/12/2015
Direitos de uso de software	8.431			(3.112)	5.319
Total	8.431			(3.112)	5.319

8. Contas a pagar

Obrigações referentes às aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores – pessoa jurídica	78.666	44.268
Total	78.666	44.268

9. Salários, encargos sociais e impostos a pagar

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
-----------	------------	------------

Encargos, consignações sobre a folha de pagamento (a)	26.583	24.055
Encargos sobre terceiros (b)	2.522	3.357
Total	29.105	27.412

- (a) Os saldos anteriores referem-se aos impostos retidos e incidentes sobre folha de pagamento e férias dos funcionários do Sescop RN no mês de dezembro de 2015 só recolhidos em janeiro de 2016;
- (b) Os saldos referem-se a IR, PIS, COFINS, CSLL e ISS sobre serviços tomados de cooperativas no mês de dezembro de 2015 só recolhidos em janeiro de 2016.

O Sescop RN calcula e recolhe as contribuições de acordo com a legislação vigente.

10. Provisões trabalhistas e encargos sociais e previdenciários

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Férias e abonos pecuniários com respectivos adicionais de 1/3	23.618	28.257
INSS sobre férias	6.615	6.697
FGTS sobre férias	2.433	2.261
PIS sobre férias	304	283
FGTS sobre 13º salário	-	984
PIS sobre 13º salário	-	219
Total	32.970	38.701

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto substancialmente de superávit e ou déficit acumulados. Os valores demonstrados a seguir referem-se aos resultados dos exercícios de 2015 e de 2014:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Patrimônio Social	1.247.247	1.295.032
Total	1.247.247	1.295.032

12. Receita operacional líquida

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receita de Contribuições – Sescop (a)	1.280.471	1.170.279
Receitas de transferências às UE's (b)	983.048	1.002.007
Total	2.263.519	2.172.286

- (a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS para o Sescop Nacional;
- (b) Refere-se a um repasse suplementar de recursos fornecidos pelo Sescop Nacional acrescido da realização de Receitas com projetos especiais – FUNDECOOP.

13. Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Vencimentos e remunerações	(350.286)	(353.523)
Encargos trabalhistas	(123.545)	(108.418)
Benefícios sociais	(89.404)	(80.665)

Indenizações Trabalhistas	(8.625)	(6.619)
Total	(571.860)	(549.225)

14. Serviços profissionais e contratados

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Serviços técnicos especializados PJ	(598.181)	(589.996)
Transportes	(10.184)	(5.095)
Serviços gerais PJ	(162.212)	(181.551)
Estagiários	(25.348)	(23.771)
Outros serviços de terceiros – PJ	(2.759)	(2.653)
Encargos sobre serviços de terceiros	(49.931)	(53.089)
Total	(848.615)	(856.155)

15. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com dirigentes e conselheiros	(61.159)	(32.584)
Ocupação e serviços públicos	(203.675)	(173.852)
Despesas de comunicação	(42.921)	(38.670)
Material de consumo	(151.748)	(121.111)
Material de consumo Durável	-	(485)
Passagens e locomoções	(133.808)	(115.650)
Diárias e hospedagens	(180.102)	(156.371)
Outras despesas de viagens	(7.240)	(12.664)
Total	(780.653)	(651.387)

16. Despesas institucionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Locações	(5.225)	(18.032)
Materiais para treinamento	(13.790)	(22.738)
Premiações	(1.494)	(7.433)
Serviços e divulgações institucionais	(130.001)	(162.205)
Auxílios financeiros a estudantes	(15.759)	(2.395)
Total	(166.269)	(212.803)

17. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Estaduais	(2.491)	(1.087)
Municipais	(7.398)	(7.173)
Outras despesas tributárias	(549)	(251)
Total	(10.438)	(8.511)

18. Despesas de transferências e convênios

	2015	2014
Transferências para convênios (a)	-	(15.735)
Total	-	(15.735)

(a) Valor referente a convênio entre o SESCOOP/RN e a ADESE – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó para desenvolver ações de monitoramento, capacitação e promoção social na região do Seridó de acordo com o Convênio nº 001/2013.

19. Outras Receitas/Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recuperação de despesa (a)		8.399
Receita na Alienação de Imobilizado (b)	-	22.500
Custo na Alienação/ Baixa do Ativo Imobilizado (c)	(824)	(20.000)
Total	7.575	7.662

- (a) Recebimento referente à devolução de valor pago a maior pela Entidade, para prestadora de serviço.
- (b) Valor de venda da Zafira avaliado pela empresa TerraSal CNPJ: 13.536.641/0001-07 usado como parte da compra do novo veículo adquirido pela Instituição.
- (c) Custo na baixa de ativo imobilizado (Celular) e (veículo), autorizado pela administração na 71ª e 85ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do SESCOOP/RN.

20. Transações com partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescop Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

21. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	129.066	109.273
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2.760)	(2.302)
Resultado financeiro	126.306	106.971

22. Seguros

O Sescop RN adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

* * *